

☆ **continuação**

longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras** respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2019

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
**Audidores Independentes**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Eduardo Franco Tenório**  
Contador - CRC nº 1 SP 216175/O-7

**Deloitte.**

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**  
**Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana**

CNPJ nº 61.699.567/0017-50  
Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz.**

As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2018. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.** - Diretor Presidente da SPDM

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2018 - Valores em Reais**

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>	<b>12.532.639,92</b>	<b>7.543.364,59</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>12.447.279,86</b>	<b>7.348.016,86</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	3.715,76	1.200.922,07	Fornecedores (Nota 3.8)	91.927,76	20.263,00
Caixa (Nota 3.1)	-	862,80	Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	90.199,30	69.637,17
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	3.447,48	1.051.765,24	Salários a Pagar (Nota 3.10)	291.133,83	269.634,31
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	268,28	148.294,03	Contribuições a recolher (Nota 3.11)	77.717,74	78.373,58
<b>Contas a Receber nota</b> (Nota 3.3)	<b>12.099.904,74</b>	<b>6.026.094,05</b>	Provisão de férias (Nota 3.12)	502.042,52	484.790,88
Secretaria Saúde do Estado São Paulo - NGA Santa Cruz (Nota 3.3.1)	9.124.378,00	3.223.482,10	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	40.124,33	38.617,18
Valores em Negociação-Contrato/Convênio (Nota 3.3.3)	1.765.616,33	1.765.616,33	Provisão PIS/Férias Nota 3.12)	5.020,49	4.847,91
Valor Estimado Rescisão de Contrato (Nota 3.3.2)	1.209.910,41	1.036.995,62	Estimativa de Rescisão Contratual(Nota 3.13)	1.209.910,41	1.036.995,62
Outros Créditos (Nota 3.4)	<b>162.898,66</b>	<b>133.455,54</b>	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.16)	10.538,66	7.986,21
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	8.674,20	-	Impostos a Recolher (Nota 3.14)	87.687,58	76.153,16
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	38.580,41	35.100,47	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	4.025,22	4.980,91
Valor Transitável (Nota 3.4.3)	2.776,49	14.594,90	Outras contas a pagar (Nota 3.17)	98,90	189,28
Deposito judicial (Nota 3.4.4)	110.596,99	83.029,99	Baixa de Obrigações com Material Terceiros (Nota 3.19)	198.713,30	131.848,37
Antecipações salariais (Nota 3.4.2)	2.270,57	730,18	Diversos SPDM- (Nota 5.1)	2.913.400,00	-
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>13.610,53</b>	<b>13.822,05</b>	Estrutura SPDM - Saúde (Nota 3.17)	-	5.135,24
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.6)	13.610,53	13.822,05	Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.18)	6.871.226,49	5.118.564,04
<b>Estoques</b> (Nota 3.5)	<b>252.510,23</b>	<b>169.070,88</b>	Estrutura SPDM (Nota 3.17)	53.516,33	-
Materiais e Medicamentos (Nota 3.5)	198.713,30	131.848,37	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>204.332,42</b>	<b>364.554,71</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>118.972,36</b>	<b>169.206,98</b>	Provisão Despesas Proc. Trabalhistas.	85.360,06	195.347,73
Ativo Imobilizado-Bens de Terceiros (Nota 3.7)	109.929,19	164.074,82	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7)	1.171.777,13	1.164.443,10
- Bens Móveis Nota 3.7)	109.929,19	164.074,82	Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7.1)	(1.052.804,77)	(995.236,12)
Bens de Terceiros (Nota 3.7)	1.153.443,10	1.153.443,10	<b>Total do Passivo</b>	<b>12.651.612,28</b>	<b>7.712.571,57</b>
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(1.043.513,91)	(989.368,28)	<b>Patrimônio Líquido</b> (Nota 5)	-	-
- Ativo Intangível (Nota 3.7)	9.043,17	5.132,16	<b>Resultado do Exercício</b> (Nota 6)	-	-
Intangível de Terceiros (Nota 3.7)	18.334,03	11.000,00	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>12.651.612,28</b>	<b>7.712.571,57</b>
Ajuste vida útil-intangível Terceiros (Nota 3.7.1)	(9.290,86)	(5.867,84)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>12.651.612,28</b>	<b>7.712.571,57</b>			

**Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2018 - Valores em Reais**

Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2018 - Valores em Reais	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
(Aumento) Redução em contas a receber	(6.073.810,69)	(2.715.048)
(Aumento) Redução em outros créditos	(29.443,12)	(43.147,39)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	211,52	164,56
(Aumento) Redução em estoques	(16.574,42)	900,60
(Aumento) Redução em fornecedores	92.226,89	75.376,07
(Aumento) Redução nas doações e subvenções/Contratos	1.752.662,45	1.856.822,90
(Aumento) Redução em contas a pagar e provisões	3.077.521,06	649.478,66
(Aumento) Redução de Bens de Terceiros	(50.234,62)	73.458,13
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>(1.247.440,93)</b>	<b>(101.995,39)</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	50.234,62	(73.458,13)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>(50.234,62)</b>	<b>(73.458,13)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Empréstimos tomados	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-	-
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.197.206,31)</b>	<b>(175.453,52)</b>
No início do período	1.200.922,07	1.376.375,59
No final do período	3.715,76	1.200.922,07

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2018 e 2017**

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras:** A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Cap. II, Art. 4º, Inc. IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** Em 1973 a antiga unidade abrigou pioneiramente em São Paulo o chamado PEP - Programa Especial de Pediatria em cumprimento às determinações contidas na ordem de serviço SBE Nº 401-26 de 05/04/1972 e ODS Nº I.P.R.399 113 de 20/09/1970 que se destinava a dar atenção especial às crianças desde seu nascimento até 4 anos com uma equipe multiprofissional. Com a Instituição de PEP - Programa Especial de Pediatria em 1981 e com o fechamento do Hospital Brigadeiro para reforma o PAM Santa Cruz recebeu outras especialidades como Cirurgia Geral, Otorrinolaringologia, Neurologia, Neurocirurgia, Ortopedia, constituindo uma Unidade de Atendimento geral. Em 31/01/1991 foi titulado como NGA 39 pela Secretaria de Estado da Saúde. Em 14/04/2007, celebrou-se o Convênio nº 13/2007 entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e Secretaria de Estado da Saúde, que teve por objeto a assistência à saúde no âmbito do SUS. Com a gestão SPDM a unidade foi direcionada para complementar a atenção básica a crianças, gestantes e adultos. Em 26/12/2016 Secretaria da Saúde de Estado de São Paulo firmou o Convênio 795/2016, conforme publicação do D.O.U de 13/01/2017. Esse convênio tem por objetivo promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços assistenciais à saúde prestadas aos usuários o SUS na região com aporte de recursos financeiros para conveniada, para apoio a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos. O convênio inicial possui a vigência de 31/12/2017, no global de R\$ 8.692.536,00. Em 06/02/2018 foi prorrogado o convênio

crituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada.** - **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana** - Rua Santa Cruz, 1.191 - Vila Mariana - São Paulo - SP CEP 04121-001 - CNPJ nº 61.699.567/0017-50. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2017 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária/Aplicação oficial e caixa e representam em 31.12.2018 o montante de R\$ 3.715,76 conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2018-R\$	31.12.2017-R\$
Caixa e Saldo em Banco	3.447,48	1.052.628,04
Saldo Aplicação Financeira	268,28	148.294,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.715,76	1.200.922,07
<b>3.2-Aplicações Financeiras:</b> As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.		
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Tipos de Aplicação</b>	<b>Rentabilidade %Mês</b>	<b>31/12/2018</b>
Banco do Brasil 109199-9	Renda Fixa = 0,6632%	-
Banco do Bradesco 22083	Taxa PCT: 5,000 do CDI	268,28
Banco do Brasil 110.082-3	Renda Fixa PO = 85,00%	-
Banco do Brasil 112.165-0	Renda Fixa PO = 85,00%	-
<b>Total</b>		<b>268,28</b>
<b>3.3-Contas a receber:</b> A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. <b>3.3.1- Valores a receber:</b> Os valores registrados nesta conta em 2018 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Convênio nº 016/2016 referente ao exercício de 2016 e 1694/2018 - Exercício 2018, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizou R\$ 4.924.378,00		

**Valores à Receber em 31.12.2018 (Em Reais)**

Tipos de Recurso	Vencidos	À vencer	Saldo em 31.12.2018
Custeio/Convênio 1694/2018	4.924.378,00	4.200.000,00	9.124.378,00
<b>Total Valores à Receber</b>	<b>4.924.378,00</b>	<b>4.200.000,00</b>	<b>9.124.378,00</b>

**3.3.2- Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2018, para fins de recolhimento **continua**



## continuação 8 - Relatório de Execução do Convênio

## Relatório de Execução do Convênio - 2018

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>68.400</b>	<b>67.006</b>	<b>68.400</b>	<b>64.918</b>	<b>136.800</b>	<b>131.984</b>
Consulta Médica Especializada - Total	27.600	26.167	27.600	25.643	55.200	51.810
Atendimento não médico - Total	9.000	8.545	9.000	7.924	18.000	16.469
<b>Coleta de exames Laboratoriais encaminhados ao CEAC</b>	<b>6.000</b>	<b>5.347</b>	<b>6.000</b>	<b>5.321</b>	<b>12.000</b>	<b>10.668</b>
<b>Eletrocardiograma</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>900</b>	<b>914</b>	<b>1.800</b>	<b>1.814</b>
<b>Curativo</b>	<b>900</b>	<b>1.225</b>	<b>900</b>	<b>1.111</b>	<b>1.800</b>	<b>2.336</b>
<b>Farmácia (Receitas Dispensadas)</b>	<b>24.000</b>	<b>24.882</b>	<b>24.000</b>	<b>24.005</b>	<b>48.000</b>	<b>48.887</b>

**9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30/10/2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 198.991,26. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstrações do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica

garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 1.335.820,43. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.272.306,42. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2018 foi de R\$ 0,00. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 300,19. **9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2018 foi de R\$ 198.991,26. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 205.071,40. **10-Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em

Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: *Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Concepção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização.* Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89; em 2017 estes valores foram de R\$ 8.706,45. Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2018 totalizaram R\$ 0,00; em 2017 estes os valores apurados foram de R\$ 0,00. **11 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **12 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **13 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2018.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM • Dra. Marcia Maiumi Fukujima - Diretora Técnica - CRM: 60897 • Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC 271587/O-9

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório nº 7710/04; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.**

TES - TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS S.A. CNPJ/MF nº 18.845.076/0001-83 (EMPRESA DO GRUPO LOUIS DREYFUS COMPANY)						
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)						
Ativo	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017	
	Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.441	5.185	Empréstimos e financiamentos	41.705	26.422	
Aplicações financeiras	90.582	1.935	Instrumentos financeiros derivativos	377	2	
Instrumentos financeiros derivativos	803	323	Contas a pagar a fornecedores e outras	20.830	14.571	
Contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outras contas a receber	35.829	12.488	Partes relacionadas	—	69.596	
Total do ativo circulante	132.655	19.931	Total do passivo circulante	62.912	110.591	
Não Circulante			Não Circulante			
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.997	21.507	Empréstimos e financiamentos	442.589	154.373
Impostos a recuperar	12.014	10.858	Partes relacionadas	—	5.327	
Imobilizado	133.946	46.826	Total do passivo não circulante	442.589	159.700	
Intangível	223.240	199.088	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Total do ativo não circulante	410.197	278.279	Capital social subscrito	121.272	81.976	
<b>Total do Ativo</b>	<b>542.852</b>	<b>298.210</b>	Resultados abrangentes	(83.921)	(54.057)	
			Total do patrimônio líquido da Companhia	37.351	27.919	
			<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>542.852</b>	<b>298.210</b>	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)						
	Resultados Abrangentes					
	Capital Social	Ajuste de Avaliação	Ajustes Acumulados	Lucros (Prejuízos)	Total	
	Subscrito	Patrimonial	de Conversão	Acumulados	Total	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	60.500	4.292	(11.845)	(13.898)	39.049	39.049
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(32.185)	(32.185)	(32.185)
Outros resultados abrangentes:	—	1.095	(1.516)	—	(421)	(421)
Resultado abrangente total do exercício	—	1.095	(1.516)	(32.185)	(32.606)	(32.606)
Aumento de capital	21.476	—	—	—	21.476	21.476
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>81.976</b>	<b>5.387</b>	<b>(13.361)</b>	<b>(46.083)</b>	<b>27.919</b>	<b>27.919</b>
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(23.189)	(23.189)	(23.189)
Outros resultados abrangentes:	—	(2.610)	(4.065)	—	(6.675)	(6.675)
Resultado abrangente total do exercício	—	(2.610)	(4.065)	(23.189)	(29.864)	(29.864)
Aumento de capital	39.296	—	—	—	39.296	39.296
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>121.272</b>	<b>2.777</b>	<b>(17.426)</b>	<b>(69.272)</b>	<b>37.351</b>	<b>37.351</b>
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$)						
	2018	2017	2018	2017		
<b>Receita Líquida</b>	<b>89.804</b>	<b>59.316</b>	<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(23.189)</b>	<b>(32.185)</b>	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(110.346)	(79.745)	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>			
<b>Prejuízo Bruto</b>	<b>(20.542)</b>	<b>(20.429)</b>	Instrumentos financeiros derivativos ("hedge" de fluxo de caixa), líquidos de impostos:			
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(5.753)</b>	<b>(12.321)</b>	Diferidos	(2.208)	3.605	
Gerais, administrativas e com vendas	6.491	—	Recicladados	(402)	(2.510)	
Outras receitas	(71)	(229)	Total dos efeitos que irão transitar pelo resultado	(2.610)	1.095	
Outras despesas	667	(12.550)	Ajustes acumulados de conversão	(4.065)	(1.516)	
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(19.875)</b>	<b>(32.979)</b>	<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(29.864)</b>	<b>(32.606)</b>	
Receitas financeiras	8.034	9.101				
Despesas financeiras	(29.492)	(24.812)				
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(21.458)</b>	<b>(15.711)</b>				
<b>Prejuízo antes da Tributação</b>	<b>(41.333)</b>	<b>(48.690)</b>				
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>18.144</b>	<b>16.505</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.189)	(32.185)				
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(23.189)</b>	<b>(32.185)</b>				
<b>Resultado por Ação do Capital Social - Básico e Diluído - R\$</b>	<b>(0,19)</b>	<b>(0,39)</b>				
<b>A DIRETORIA</b>						
Contadora: Elisângela Amaro Garrido - CRC/1SP 249779/O-3						
*As demonstrações financeiras completas com a abertura de todas as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes estão disponíveis aos acionistas na sede da Companhia*						